

Joaquim CerqueiTM
Gonçalves

História e Memória

História e Memória

Por Joaquim Cerqueira Gonçalves

Memória e história ocupam lugares cimeiros e persistentes no quadro das categorias que têm alimentado a reflexão da cultura ocidental, ora associadas, ora reclamando-se ora repelindo-se. Enquanto, porém, a história não dispensa a referência à memória, esta nem sempre se tem encontrado com a história, sendo a tematização desta, aliás, mais recente do que a da memória.

É deveras ilustrativa a forma como cada uma delas, na modernidade, se tem posicionado nos diversos quadros epistemológicos: a memória constitui, geralmente, um capítulo da psicologia, enquanto a história, por seu turno, nutrido embora pruridos de rigor científico, preenche um campo de saber complexo e híbrido, praticamente o único que tem desafiado, no decurso da constituição da ciência ocidental, as tendências do imperialismo monopolista científicista.

37

*

Desta situação epistemológica complexa decorre a permanência duma incómoda imprecisão terminológica que irrita os protagonistas do ideal de univocidade, exigido pela ciência. Mas se, para muitos, a situação actual, embora já duradoira, do saber histórico representa apenas um estádio ainda imperfeito do percurso a realizar por ela, mostra, por outro lado, um enraizamento no denso húmus da cultura, que é também expressão racional, geralmente escamoteado no término da constituição da ciência, ainda que seja um determinante factor desta. Bem se pode afirmar que cada cultura gera os saberes que melhor explicitam e realizam as coordenadas das suas opções racionais.

Mas as polissemias favorecem itinerários semânticos que acabam por mostrar os momentos privilegiados das aparições de sentido, as quais as palavras, duma forma ou doutra, consignam, se se souber desvendá-las. Enquanto a ciência constituída dispensa geralmente a iniciativa criadora do seus utilizadores, pedindo a estes repetições rigorosas e aplicações automáticas, a história da ciência, pelo contrário, interpela o pensamento, através do registo das aventuras, vitórias e desaires do calvário da racionalidade.

Vale, então, a pena fazer uma incursão semântica, ainda que breve, à volta dos termos memória e história. Significativamente, a atracção semântica da história é agora mais forte do que a da psicologia, onde geralmente se situa a memória, uma vez que também chegou a hora, aliás muito celebrada, do que parecia inviável, a integração da psicologia na galeria das ciências exactas.

*

É, então, pela história que vamos começar.

Seja desde já esclarecido que não é propriamente da história - da ciência histórica ou do seu conteúdo, o passado - que se trata, mas, sim, de historicidade. É pertinente esta distinção, porque, de facto, actualmente, a alusão à história conduz de imediato a uma construção

humana, ora literária, ora científica, ora, decorrente desta, escolar, circunscrevendo-se mais à protagonização humana, quer na ordem dos eventos quer na ordenação epistemológica, do que a uma constitutiva dinâmica intrínseca de todo o real.

Antes da história e como fundamento desta, está, com efeito, a historicidade, que é inerente à vida de toda a realidade, e não apenas à expressão humana desta e, menos ainda, ao estabelecimento do saber - arte ou ciência - histórico.

38

A historicidade aponta para a intrínseca estruturação de toda a realidade, viva ou não, no seu intencional movimento de manifestação e transformação, num processo de unificação diferenciadora. E a partir desta actividade ontológica que tem algum sentido, mas não tanto quanto habitualmente se reconhece, falar de fases temporais - passado, presente e futuro -, das quais resultam, aliás, algumas dificuldades, pois, se elas sublinham as diferenças, prejudicam, contudo, a unidade, tendendo a estabelecer átomos incomunicáveis e, geralmente, a privilegiar o passado. Ora, a realidade é histórica precisamente porque não perde o sentido da unidade nos avatares das sucessivas diferenças. Há vantagem na preferência do termo história ao de tempo, pois cabem sobretudo a este as dificuldades que estão a ser referidas, isto é, a do tríptico faseamento. Além disso, o tempo, devido ao peso da sua referência cosmológica, ritmado pelo rodar dos vários componentes do universo, tende a ser interpretado como determinação exterior às realidades a que se reporta. É, assim, que se considera cronologicamente diferente, pelo facto de ficar situado no círculo desse movimento cosmológico, o que porventura em nada foi alterado na sua intrínseca constituição. Situar uma realidade em 1999 ou em 1998 não traduz necessariamente, apenas por essa diferença de datas, uma mudança constitutiva. Daí a pouco consistente validade da consagrada periodização histórica.

*

Não há história sem memória, mas a articulação entre os dois termos nem sempre foi, nem é, simétrica. A memória encheu o espaço dos mitos e da filosofia, antes de se falar propriamente em historicidade e história, categorias de inspiração bíblica, se bem uma vez ou outra esboçadas na ideia de temporalidade.

À primeira vista, o que parece gerar similitude entre memória e história é a comum referência ao passado, mas este não passa duma ponte simplista e artificial, porque nem a orientação da história é o passado, nem a memória é o reservatório das coisas velhas, passadas.

É, com efeito, possível aproximar história e memória, mas não pelo conteúdo comum do passado. Será mesmo de admitir-se, desde já, uma possível fusão entre memória e história, mas tal operação só ganhará em esclarecimento, se essas categorias forem, antes, analisadas separadamente.

*

Depois da breve referência à história, esclareça-se um pouco a natureza da memória. Entendida frequentemente como uma faculdade humana, uma capacidade de reter e também de reproduzir, a memória ficaria, desse modo, circunscrita ao foro humano e suspensa apenas da realidade do passado. Estaria, por outro lado, articulada com a consciência, ora em sentido

oposto, traduzindo o que não é consciente, ora como conteúdo disponível para se tornar consciente. As suas possibilidades são versáteis, tanto podendo significar o poder de reter e de lembrar como o de esquecer.

Tal como se procedeu com a história, melhor dito, com a historicidade, também a memória deve situar-se a nível ontológico, o que, a suceder, dissipará um bom número das aporias em que ela costuma ser enredada. A memória traduz o poder de a realidade, de toda a realidade, embora em graus diversos, se alterar, mantendo, porém a unidade, nesse processo de diferenciação, de modo que as transformações posteriores não sejam levadas a efeito sem a determinação das anteriores, que aliás apontam intencionalmente para aquelas.

Se o estatuto ontológico da história esbatia a importância do faseamento em passado, presente e futuro, também o da memória relativiza as distinções que costumam acentuar-se no campo da psicologia, entre as faculdades - inteligência, vontade e memória. Fazendo parte da mesma dinâmica ontológica em que se enraíza a história, a memória traduz, prioritariamente, a capacidade de retenção, enquanto à história é associada à ideia de transformação, embora, de facto, estejamos perante um processo unitário. Se, numa primeira fase da cultura ocidental, antes da sua característica bíblica, na vida da memória não era considerada a historicidade, se bem aí estivesse ontologicamente presente, na segunda fase dessa mesma cultura, a memória fica um pouco secundarizada, devido sobretudo à acentuação do protagonismo do presente. Mas, de facto, o processo é o mesmo, a memória e a historicidade fazem parte da vida de toda a realidade, sem que nenhuma expressão desta deixe de reter o já sucedido e de o encaminhar para ulterior transformação. Não é apenas a memória humana que retém as sucessivas alterações das coisas, sendo, antes, o poder de retenção destas que possibilita a sua retenção na memória dos humanos, que é, aliás, uma participação da memória ontológica, em cuja vida todos os entes se alimentam. Por seu turno, as transformações levadas a efeito pela humanidade não incidem apenas sobre as coisas, como se estas estivessem definitivamente constituídas, segundo o esquema de essências imutáveis, mas, sim, sobre as coisas enquanto elas são vida da memória, património temporalmente constituído.

*

A dificuldade frequentemente sentida no entendimento da natureza tanto da memória como da história estriba-se no sentido que a cultura tem dispensado à temporalidade, que arreda a memória da sua instância ontológica, enredando-a, por outro lado, no pólo do passado.

A tradição grega foi a este respeito determinante. O tempo é, aí, encarado dentro do processo de degradação, estimulando, por consequência, a sua superação, não por desenvolvimento, mas por aniquilação do mesmo. A eliminação do tempo passa pelo regresso à indiferenciação, situada no início, parecendo estar mais próximo deste o passado do que o presente e o futuro, sendo por isso valorizadas as referências arqueológicas, devido, precisamente, ao seu esvaziamento de acumulações temporais. Neste contexto, a memória, como realmente aconteceu na cultura grega, seria sobreposta à história, exactamente porque esta apontaria na direcção oposta à do início, por adensamento de acumulações. Promover a história equivaleria

a forçar a existir, para o qual não há sentido, como aliás o têm entendido os maniqueísmos e algumas tendências milenaristas.

Estamos perante dois sentidos contrastados de unidade: uma, que se perdeu, estilhaçada em fragmentos temporais, e outra, coesa, mas diferenciada, a expandir-se na história, na medida em que esta articula, funde e enriquece as diversas fases de transformação.

Com o cristianismo, que tem sido justamente considerado "religião de historiadores", o tempo passa a disfrutar de sentido positivo, confundindo-se com a dinâmica de manifestação da própria realidade, que é histórica. Ficam, assim, também reformulados o valor e a estruturação das fases do tempo: por um lado, nenhuma destas tem mais valor do que as outras, porque todas fazem parte da mesma realidade; por outro, a fundamental intencionalidade de orientação é para o futuro, a que o passado aspira e que o presente desenvolve.

*

Tem-se feito história, agora entendida, não como geração de eventos, mas como arte ou saber, com a cultura que lhe subjaz. Cada cultura vive diferentemente o tempo e a história. A cultura ocidental, na sequência de algumas das suas coordenadas, tem pretendido fazer da história uma ciência, aplicando-lhe, se possível, o mesmo estatuto epistemológico das outras ciências, particularmente o das chamadas *ciências exactas*. Contudo, não obstante a insubstituível função da actividade cultural, esta assume sempre formas contingentes, possíveis, mas não únicas, além de as que são realizadas nem sempre serem, por isso mesmo, as de maior sentido. É por isso que os pruridos cientificistas que têm acompanhado a constituição da história, na cultura ocidental, são marcados por determinadas formas da vida dessa cultura, que nem sempre veiculam a melhor fecundidade ontológica. Se a recondução da ciência à cultura é operação fundamental, para benefício de uma e outra, o seu enraizamento na instância ontológica é ainda mais imperioso. É o que vimos fazendo com esta reflexão.

Com este fundamento ontológico já não é possível fazer história, como se tem pretendido, seguindo o modelo cultural e epistemológico de proveniência grega, que a configuração do modelo da ciência moderna, dum fornha ou doutra, prolonga.

As grandes objecções dirigidas à possibilidade de a história se tornar uma ciência exacta dizem respeito ao facto de ela ter de lidar com o passado e com o singular, que o modelo cientificista do saber não tem capacidade de preservar.

De facto, todo ser é singular, pelo que, se a ciência não se ocupa deste, então ela impõe-lhe as suas determinações artificiais. No que concerne ao passado, estamos perante uma falsa questão. Representa, deveras, um artifício de abstracção a tarefa de captar o passado, o presente ou o futuro, já que não há realidade alguma que seja apenas passado, presente e futuro. Estes vivem fundidos na realidade, sendo também bastante artificial, como se referiu oportunamente, a sua destrinça. Quando falamos em passado, presente e futuro, queremos sobretudo afirmar que a realidade é mais complexa do que sobre ela afirmamos, geralmente pelas lentes do presente, mesmo que tingidas de passado ou de futuro. De facto, quando fazemos ciência histórica, estamos a construir modelos de realidade, segundo as nossas perspectivas do presente, considerando-os determinações inexoráveis do devir.

*

A história, entendida quer como agenciamento de acontecimentos quer como arte e saber é pedida pela própria intencionalidade do real, que reclama abertura de sentido, transformação e futuro. Neste contexto, tudo e todos são obreiros da história, isto é, da dinâmica da realidade, um património que cada um de nós recebe e, duma forma ou doutra, administra.

É, então, pertinente aproximar, em função da história, três grandes referências do saber: ontologia, hermenêutica e história. Numa tentativa de as unificar, propomos o horizonte da hermenêutica, na qual se tem integrado, por vezes, modernamente, a ontologia, sem desta excluir a história, ao contrário do que costuma suceder com a ciência, onde não há lugar para ela.

O facto de a história se elaborar em linguagem natural, a ponto de ser considerada uma das grandes e privilegiadas expressões da literatura, é mais uma razão para a aproximar da hermenêutica. O texto descobre sentido, a partir do texto, que a realidade é, construindo temporalidade.